

# REFLEXÕES A PROPÓSITO DA LEITURA DE HISTÓRIA DO LIBERALISMO DE JOÃO DE SCANTIMBURGO

Benedicto Ferri de BARROS  
da Academia Paulista de Letras

Com sua ampla cultura histórico-filosófica e seu vasto cabedal de informações, João de Scantimburgo, que é um dos grandes eruditos deste País, nos dá em sua *História do Liberalismo no Brasil* (Editora LTr, São Paulo, 1996) um quadro de análise e compreensão que transcende o título da obra. Para historiar o liberalismo teria necessariamente de examinar os fatos, as idéias, as instituições e os políticos do Império e da República, objeto de pormenorizados estudos registrados em anteriores obras suas, entre outras, *O Poder Moderador*, *O Brasil e a Revolução Francesa e a Crise da República presidencialista*. *A História do Liberalismo*, como os demais, é eminentemente, um livro de História, como diz seu título, não, porém, de uma história meramente descritiva, mas refletida e comentada, que incita a largas reflexões.

O propósito deste trabalho é alinhar as reflexões que sua leitura nos suscitou, nem todas elas, necessariamente originais, já implícitas ou explícitas nesse livro, mas que, cremos, vale a pena reiterar sempre que em nosso País se fala, lê, ou pensa no Liberalismo.

A primeira e magna conclusão é a de que homens, idéias e instituições que constituíram a estrutura política do Império foram eminentemente superiores aos da República. No período imperial, de 1822 a 1889, a estrutura do Estado brasileiro, comparada à dos governos de nações historicamente mais velhas e politicamente mais maduras, se achava mais próxima do "nível do século" do que a República veio a se

mostrar, com suas dissoluções do Congresso, estados de sítio, golpes de estado, deposições, revoluções, renúncias, governo de vice-presidentes, mudanças constitucionais operadas por assembléias ordinárias. Era uma monarquia constitucional parlamentar, representativa, com um governo de tipo gabinete, calcada no modelo inglês, tendo o monarca como um poder moderador. Sua Constituição, que vinha de 1824 e durou sessenta e cinco anos, fora decalcada da "Benjamina", esboçada por Benjamin Constant (o suíço e não o Botelho de Magalhães) considerada por Paul Bastid "o instrumento constitucional melhor escrito de nossa história". (Bastid, biógrafo de Benjamin Constant, se refere à história da França.)

Victor Hugo, o grande escritor francês do século passado, qualificava de "democracia coroada" a monarquia brasileira; expressão equivalente foi empregada por Gladstone, um dos maiores estadistas ingleses. E Rojas Paul, da Venezuela disse, ao ter conhecimento dessa "proclamação": "Se ha acabado la única república que existia en America - el Imperio del Brasil..." - tudo como José Maria dos Santos nos lembra.

Do século e pouco de Estado republicano, talvez não cheguem a trinta os anos de "nossa frágil democracia"; os setenta e sete restantes ocupados que foram por ditaduras de fato e regimes excepcionais. Dos sessenta e seis anos que marcam o início da era getuliana, quarenta foram de ditadura, mascarada ou não. E a corrupção que praticamente inexistia no governo dos presidentes da República Velha, políticos formados no Império, tornou-se generalizada e institucionalizada com o Estado Novo criado pelo getulismo.

\*

Se a despeito da pleora de "cientistas políticos" já dispuséssemos de um mínimo de conhecimento objetivo da política, não se atribuiria, como alguns o fazem, a preferência monárquica de João de Scantimburgo à uma inclinação ideológica superada, mas à conclusão que alcançou intelectualmente como fruto de sua cultura e reflexão. Pois o caso brasileiro é apenas uma constatação a mais do fato corroborado pela experiência histórica mundial, (de que o exemplo japonês e inglês

são os mais notáveis), que evidencia a estabilidade e a flexibilidade deste tipo de estrutura em contraposição à fragilidade, turbulência e instabilidade das formas republicanas (de que a França, após duzentos anos continua a ser o exemplo mais notório.)

Trata-se de um problema sobre o qual especialistas em questões de organização não teriam as dúvidas que continuam a confundir políticos e "cientistas políticos". A forma republicana de Estado simplesmente não consegue dar solução ao problema fundamental de qualquer organização, que no caso especificamente político é o de harmonizar poderes independentes e complementares, desamparada de um princípio hierárquico que defina onde se encontra a suprema e derradeira instância, quando o conflito entre os poderes ameaça inviabilizar o Estado, (como o da Corte Suprema americana com o governo do New Deal na república americana) ou seu esfacelamento compromete a unidade e estabilidade do povo e da nação (como na instância da "rendição incondicional" exigida do Japão e assumida por seu imperador).

A república não tem o equivalente a um monarca. A guilhotina não decapitou apenas um rei, mas um princípio e um órgão básico da estrutura do Estado, erro que os revolucionários ingleses se apressaram a corrigir após a fatídica república cromwelliana, restaurando sua monarquia. Sendo da natureza ingênita do poder a luta pela conquista da supremacia, os poderes políticos vivem numa perpétua disputa pela soberania - poder supremo de última instância. Na história das idéias devemos a Montesquieu o erro fundamental de em sua parca descrição da monarquia inglesa e seus poderes, não haver salientado a chave-de-abóbada de seu regime político, representada pela figura do rei.

\*

Afirmaram com justeza os democratas que todo o poder emana do povo e em seu nome e benefício deve ser exercido. Um truísmo sociológico, pois que outra legitimidade e finalidade pode ter qualquer grupo de homens dentro de uma sociedade se não prestar serviços e der contas dos serviços prestados? A questão não está aí, portanto, mas sim

em saber quem, na república, fora e acima dos políticos, seus poderes e suas disputas, em última instância representa o povo, a nação e cada cidadão, acima das rixas e além dos fracassos políticos. É esse o papel e a função do monarca. Mas na república não há nada acima dos poderes constituídos e dos conflitos e erros políticos. A república não dispõe de uma figura, de um órgão, de uma função política de última instância e os impasses internos dos poderes do Estado não têm outra saída além das co-optações de um poder por outro, das violações constitucionais e dos golpes de força. O povo e a nação não têm uma voz, uma pessoa, que fale por eles e pelo indivíduo, vistos como um todo. A república ignora a questão focal do poder e da política que é a da soberania, confundindo-a com poder ilimitado e absoluto.

A ficção democrática do cidadão-quotista da soberania, visto por Rousseau, cuja vontade particular se transforma por um passe de retórica na vontade geral delegada ao político, foi imediatamente corrigida pela visão realista de Siéyès, postulando que ao escolher seus representantes o cidadão não delega em termos essa soberania atomizada, mas a transfere de fato e "de jure" a esses representantes. Ele se tornam, assim, livres em seu arbítrio e juizes em causa-própria de sua atuação. Na prática, é o que sucede nas repúblicas democráticas: cada político se considera um rei. O cidadão-soberano, contemplado pela teoria democrática na prática é uma figura de mistificação; o voto não investe os políticos da soberania dos cidadãos - aliena-a para eles. E como na república os poderes autônomos e independentes desconhecem hierarquia e coordenação, cada político se transforma de rei em monarca absoluto, sem contas a prestar à sociedade que ordena. Esse princípio fundamental de anarquia conceitual e organizacional se estende a todo o corpo do Estado, ao ponto de que todos os seus integrantes acabam se sentindo soberanos. Assim, ao se dirigir a um mínimo funcionário que exerce "funções públicas", em lugar de um servidor dos seus direitos o cidadão encontra infinitos reis a lhes cobrar deveres. Uma vez enunciada a independência e autonomia dos poderes, a suposição de seu equilíbrio e harmonia é um "non-sequitur" cometido quanto aos fatos e a natureza do poder. Daí a necessidade e sabedoria do Poder Moderador nomeado por Benjamin Constant, que nossa Constituição adotaria e nosso Pedro I viria a incluir também na Constituição portuguesa, as duas únicas, entre todas as Constituições do mundo, a institucionalizarem esse quarto

poder. Dizia ela em seu artigo 98: "O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos." (João de Scantimburgo observa judiciosamente que a expressão francesa "clef" mais fielmente se traduziria neste caso por "fecho", no sentido de fecho de abóbada, como soa no original da frase francesa.)

Os contra-pesos ("checks and balances"), e os contra-poderes em que se confiam, à falta de um Poder Soberano, que ingênua ou cavilosamente se confunde com poder ilimitado e arbitrário, são a consagração explícita de uma anarquia organizacional, o referendo de um estado de conflito em que se pretende manter o Estado a fim de que se torne impotente para infringir os direitos individuais do homem e do cidadão. Não foi por acaso terem sido as constituições republicanas que consideraram indispensável conter, além da organização do Estado, um capítulo apêndicular que mantivesse defesos aos políticos o assalto a esses direitos.

\*

A confusão mental reinante no que diz respeito às formas de governo monárquico e republicano se estende a dois outros temas magnos da política. Os da democracia e do liberalismo. Liberalismo e democracia têm origem, história e conotação diferentes, objetivam coisas diversas e nem sempre harmoniosas ou meramente compatíveis.

A confusão entre esses dois temas se deu à época do acontecimento político de maior repercussão nesses dois últimos séculos, que foi a Revolução Francesa, um torvelinho social, de idéias e de erros de interpretação que continua até hoje. Ora, a Revolução Francesa é um fato da história política e como tal deve ser lido e interpretado. Como toda revolução ela foi um esforço convulsivo da sociedade não para eliminar o Estado, mas para refazer seu órgão político, que o anti-liberalismo visceral do absolutismo destruíra, tornando-o ineficaz, corrupto, falido e impotente para governar. Um Estado impotente é um

órgão morto. Sociedade alguma, as nações muito menos, podem funcionar sem um órgão político minimamente capaz de exercer o poder.

A Revolução Francesa foi um movimento de replante desse órgão. No fundo, trata-se de um episódio da multissecular rivalidade franco-britânica, inserido na concorrência darwiniana que prevalece na política como processo de seleção natural das formas mais aptas à sobrevivência. Na política mais do que em tudo. Conhecem-se os resultados: a hegemonia inglesa que vai de 1815 a 1914 e a turbulência do Estado francês no mesmo período.

\*

Por se achar desde o início inspirada por inerradicáveis princípios liberais, a monarquia inglesa já era no século XVII uma forma de Estado, vale dizer, de governo e organização política, muito mais evoluída do que a da França, que ainda se achava às voltas com o poder absolutista de um governo cortesão e anti-democrático. Enquanto desde há um século, com a "Revolução" Gloriosa de 1688, de princípios eminentemente liberais (Locke) a Inglaterra já dispunha de uma monarquia constitucional parlamentar representativa, que no século seguinte ensaiava com a melhoria dos partidos a organização do governo de gabinete, a França não conseguira superar o despotismo visceralmente anti-liberal dos seus reis. Tal como se exprimia pelos trabalhos dos enciclopedistas e de Rousseau, o democratismo como idéia política exprimia antes um descontentamento e uma revolta do que um sistema de princípios de organização do Estado e um conceito de seus limites e funções sociais. Assim, enquanto a política inglesa evoluía de um liberalismo aristocrático para adequada democratização dos direitos individuais, mediante reformas progressistas desfraldadas pelos liberais e implementadas gradualmente pelos conservadores, a França não conseguia sequer garantir direitos e liberdades mínimos para sua elite política de aristocratas. O exercício do poder pessoal dos reis franceses, visceralmente anti-liberal, corrompeu, desmoralizou e desfibrou essas elites, reduzindo-as a cortesãos: os nobres ao tempo de Luiz XIV e Luiz XV se disputavam o privilégio de carregar os penicos do rei para gozar os favores e benesses que ele dispensava arbitrariamente. Tornaram-se

politicamente inoperantes e inúteis. Sem qualquer exercício efetivo de poder, a sociedade anarquizada abre a homens de vontade, freqüentemente de estratos culturais e sociais mais baixos, fanáticos mesma - como Robespierre, Cromwell e Lenin - a oportunidade de conquistar o poder, pois colocados entre a anarquia e a ditadura os homens sempre optam por esta.

É sob tais condições que o democratismo surge e se manifesta na França, com o desespero de uma proposta extremista e *subversiva e não como uma diretriz de progresso na organização do Estado - e desfecha em Napoleão, nas restaurações, nas mudanças constitucionais e nos ensaios* que até os nossos dias continua a fazer de encontrar uma forma adequada de Estado republicano e democrático. Pois é factível o caminho institucional que vai do liberalismo para a democracia liberal, mas o caminho inverso não é da natureza da democracia, nem faz parte da experiência histórica real. É antes da índole democrática a inclinação para o populismo e a ditadura, como vem sendo desde a Antigüidade Clássica.

\*

Outro ponto em que o trabalho de João de Scantimburgo excita a largas reflexões diz respeito à influência francesa e inglesa quanto ao liberalismo e à democracia e a preferência pela República ou pela Monarquia.

Consignamos acima, de passagem, que o liberalismo era uma filosofia e tendência da história política inglesa, sendo a democracia um acidente subversivo do estado de coisas na França. Na equivocadamente denominada "Revolução Americana" a preferência dos fundadores dos Estados Unidos era pela monarquia, opção frustrada unicamente pela ausência de uma linhagem real e pela impossibilidade circunstancial de acharem um rei adequado. A sublevação americana, que antecederia a Revolução Francesa e produziria a Guerra de Independência, tinha razões fundadas nos direitos liberais dos súditos ingleses, como "os coloniais" se consideravam e dos quais vinham sendo privados por um governo e política ineptos, como argüiria no Parlamento inglês Burke, uma das mais poderosas cabeças liberais de todos os tempos. "No taxation without representation" era um dos lemas dos americanos -

precisamente o que reivindicavam os barões ingleses na Magna Carta de 1215. A extensão dos direitos liberais ingleses a todo o povo, que veio a caracterizar a democracia americana foi, assim, apenas uma resultante do liberalismo que era a tendência e prática da política inglesa.

A Revolução Francesa, que de início se inspira no liberalismo e constitucionalismo inglês, descamba em uma segunda fase para o democratismo rousseauiano, daí para o terrorismo extremista, corrigido pela ditadura bonapartista. Pois está na natureza das coisas políticas que, rompida a estrutura de poder representada pelo Estado que, só ele, tem capacidade de operar mudanças legais e legítimas na questão magna da organização institucional da sociedade e de seu poder político, caíse na anarquia da qual só se sai pela ditadura. O democratismo "sans-cullote" não teve assim força para impedir o Terror, nem este de impedir a ditadura de Bonaparte, com a subsequente linhagem régia de corsos que ele pretendeu criar em substituição aos Bourbons. À despeito da flagrante contrariedade dos fatos e suas conseqüências com seus apregoados ideais humanistas a Revolução Francesa inaugura a era do nacionalismo, do imperialismo, do revolucionarismo, do radicalismo, das utopias, das ideologias, do populismo, da demagogia, dos extremismos e do totalitarismo como métodos pervertidos de uma suposta política democrática, que de 1789 a 1989 (queda do muro de Berlim) dominou a história desses dois últimos séculos. Estudos críticos recentes visualizam na Revolução Francesa o marco zero da pista que desemboca nos totalitarismos de nosso século - toda ela uma autêntica *journée des dupes*.

É que enquanto o liberalismo inglês se filia ao pragmatismo britânico, que desde o início vê no controle dos dinheiros públicos a única forma efetiva de limitação do poder político, o cartesianismo francês crê poder construir uma política à base da declaração e dedução de princípios intelectuais. À falta de uma e de outra coisa, os americanos forçados a ressuscitar a república criam o sistema dos "checks and balances" que por seus "checks" e "balances" *claramente definem as rodas quadradas sobre as quais querem ver montados os poderes no seu Estado* republicano.

Permanecem insatisfatórias as explicações dadas à queda da monarquia brasileira, assim como obscuros os detalhes da trama que resultou na proclamação da república. Se é que jamais ela foi proclamada. O que é evidente e não pode ser contestado é que o fato não se deveu à inoperância do Estado monárquico, nem a sua incapacidade de operar reformas políticas, econômicas e sociais, que vinham sendo gradualmente implantadas. Esse evento capital, mais parece um desses fortuitos mas não raros acidentes históricos, de golpes de estado bem sucedidos, aplicados por minorias ativistas que circunstancialmente se transformam em maiorias de fato, em virtude da omissão de uma maioria política apatetada. O silêncio universal dos políticos do Império configura uma defecção que está exigindo uma análise mais profunda, capaz de substituir a mera enumeração "ex-post" vigente, justificadora das "causas" da vitória republicana.

Sem dúvida a inteligência e as elites brasileiras da época não escaparam ao equívoco ideológico da Revolução Francesa, que empolgou homens como Beethoven e Goethe. Não obstante, sob a estrutura da Constituição de 1824, com seu Poder Moderador, conseguimos durante o Segundo Império permanecer imunes ao republicanismo democrático revolucionário e extremista que agitou a América do Sul e países europeus na primeira metade do século XIX. Desde 1847 desconhecíamos revoluções e golpes de estado.

Entretanto, trinta e sete anos depois, com atrazo e retrocesso, trocamos o sólido modelo político inglês pela esquizofrênica agitação política francesa. Foi no mesmo ano em que "o bom republicano", como era conhecido o cesarista e napoleônico general Boulanger, ameaçava tomar novamente... não a Bastilha, mas Paris.

Pelas costumeiras ironias da história, nosso homem se chamava Benjamin Constant...